

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Dyeimes Sousa Freitas

EVOLUÇÃO DAS TÉCNICAS CONTÁBEIS NA CAIXA ECÔNOMICA FEDERAL

Brasília, DF
2013

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decano de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Roberto de Goes Ellery Junior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Coordenador Geral do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de
Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN

Professora Mestre Rosane Maria Pio da Silva
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - diurno

Professor Doutor Bruno Vinícius Ramos Fernandes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – noturno

Dyeimes Sousa Freitas

EVOLUÇÃO DAS TÉCNICAS CONTÁBEIS NA CAIXA ECÔNOMICA FEDERAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Mestre Afonso José Walker

Linha de pesquisa
Contabilidade e Mercado Financeiro

Área
Contabilidade Bancária

Brasília
2013

FREITAS, Dyeimes Sousa

Evolução das técnicas contábeis e contabilidade de custos na Caixa Econômica Federal/ Dyeimes Sousa Freitas -- Brasília, 2013.
30. p.

Orientador: Prof. Mestre Afonso José Walker

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia - Graduação) – Universidade de Brasília, 1º Semestre letivo de 2013.

Bibliografia.

1. Caixa Econômica Federal 2. Técnicas Contábeis 3. Contabilidade de Custos 4. Sistema Financeiro Nacional

I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II. Título.

Dyeimes Sousa Freitas

EVOLUÇÃO DAS TÉCNICAS CONTÁBEIS NA CAIXA ECÔNOMICA FEDERAL

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) defendido e aprovado no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, avaliado pela seguinte comissão examinadora:

Prof. Mestre Afonso José Walker
Orientador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Prof. Elivanio Geraldo de Andrade
Examinador - Instituição

Brasília, DF, 16 de Julho de 2013

Aos meus pais por
todo carinho e amor
que eles me dão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda minha família pelos incentivos a continuar sempre estudando, em especial a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, por ter sido muito atencioso em sua orientação.

“Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia ser impossível.”

Charles Chaplin

RESUMO

A evolução das técnicas contábeis da Caixa Econômica Federal é um assunto ainda pouco estudado pelos acadêmicos da área. Este trabalho visa fazer uma comparação das técnicas contábeis da Caixa no ano de 1957, ano da publicação do Código de Contabilidade das Caixas Econômicas Federais, com o modelo atual, evidenciando suas principais evoluções. O método escolhido para o estudo foi a pesquisa bibliográfica, buscando informações em livros, artigos e através de entrevistas com pessoas que trabalham na área de contabilidade da Caixa Econômica Federal. Para alcançar os objetivos determinados, foi feito um breve histórico da instituição e analisado as normas aplicáveis a cada período para explicar as mudanças ocorridas no tocante à contabilidade de custos e as técnicas contábeis de escrituração, demonstrações financeiras e auditoria. Os resultados apontam que o nível de evolução das técnicas contábeis na Caixa está diretamente relacionado com as normas vigentes e com as tecnologias utilizadas em cada período.

Palavras Chave: Caixa Econômica Federal, técnicas contábeis, contabilidade de custos, Código de Contabilidade das Caixas Econômicas Federais.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Composição do Sistema Financeiro Nacional	17
Figura 2 – Linha do tempo da Caixa Econômica Federal	27
Figura 3 – Pirâmide hierárquica dos órgãos com poder administrativo sobre as caixas em 1957.....	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN – Banco Central

BNH – Banco Nacional de Habitação

BRGAAP – Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil

CAIXAPAR – Caixa Participações S.A

CEF – Caixa Econômica Federal

CGU – Controladoria Geral da União

CMN – Conselho Monetário Nacional

COSIF – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

COSO – Comitê das Organizações Patrocinadoras

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

GEACO – Gerência da Área de Controladoria

IFRS – Normas e Padrões Internacionais de Contabilidade

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público

NPC – Normas e Pronunciamentos Contábeis

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SICRR – Sistema Eletrônico para apuração de Custos, Receitas e Resultados.

SUMOC – Superintendência de Moeda e Crédito

TCU – Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Contextualização.....	14
1.2 Limitações de pesquisa.....	14
1.3 Objetivos.....	14
1.3.1 Objetivo Geral	14
1.3.2 Objetivos específicos.....	15
1.4 Justificativa da pesquisa e resultados esperados	15
1.5 Organização do trabalho	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 Sistema Financeiro Nacional	16
2.1.1 Conselho Monetário Nacional	17
2.1.2 Banco Central	18
2.1.3 Comissão de valores mobiliários	18
2.1.4 Demais Integrantes do Sistema Financeiro	19
2.2 Técnicas Contábeis e Contabilidade de Custos.....	20
2.2.1 Escrituração Contábil	20
2.2.2 Demonstrações Financeiras	21
2.2.3 Análise das Demonstrações Financeiras.....	22
2.2.4 Auditoria	22
2.2.4.1 Controle Interno	22
2.2.5 Contabilidade de Custos	23
3 PROCEDER METODOLÓGICO	24
3.1 Método	24
3.2 Procedimentos de coletas e análise de dados.....	25
4 A HISTÓRIA DA CEF	26
4.1 Breve Histórico da Instituição.....	26
4.2 Análise referente às normas aplicáveis	28
4.2.1 Normas aplicáveis no período de 1957.....	28
4.2.2 Evolução das normas e contexto atual	29
4.3 Evolução dos métodos operacionais de escrituração.....	31
4.3.1 Forma atual dos procedimentos operacionais de escrituração contábil.....	33
4.3.1.1 A conciliação contábil.....	34
4.4 Demonstrações Financeiras na CAIXA.....	35
4.4.1 Demonstrações Financeiras no período de 1957.....	35
4.4.2 Evolução das Demonstrações Financeiras.....	36

4.5 Auditoria e Controles	36
4.5.1 Auditoria e demais controles em 1957	36
4.5.2 Auditoria e demais controles na forma atual.....	37
4.6 Contabilidade de Custos na CAIXA	38
4.6.1 Os primórdios da Contabilidade de Custos na Caixa	38
4.6.2 A evolução da contabilidade de custos para o modelo atual	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
6 REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

A história da Caixa Econômica Federal é um assunto pouco pesquisado nos livros e pesquisas acadêmicas, o que pouca gente conhece é que até o ano de 1969 existiam no Brasil vinte e duas Caixas Econômicas, sendo uma para cada Estado da Federação, e com o Decreto-Lei 759/69, essas Caixas foram unificadas resultando a Caixa Econômica Federal como é conhecida hoje.

Como no Brasil existiam diversas Caixas Econômicas, naturalmente havia o risco de não haver padronização na contabilidade delas. Foi com esse intuito de padronização que os membros do Conselho Superior das Caixas Econômicas promulgaram em 1957 o Código de Contabilidade das Caixas Econômicas Federais, documento que será objeto de estudo desta pesquisa.

Para chegar à forma atual, a Caixa passou por inúmeras mudanças, como por exemplo, a incorporação do Banco Nacional de Habitação- BNH, monopólio da atividade do Penhor e da administração das loterias e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS. A contabilidade também acompanhou essas mudanças, a Instituição foi se tornando cada vez maior, e suas técnicas contábeis tiveram que evoluir também para conseguir mensurar e reconhecer o crescente volume de informações.

No presente trabalho foi feita uma comparação entre a contabilidade da Caixa no ano da publicação do Código e a Contabilidade atual. Foi dada uma ênfase às técnicas contábeis, e à contabilidade de custos.

1.2 Limitações de pesquisa

A Contabilidade Bancária e suas aplicações ainda é pouco estudada pelos acadêmicos e profissionais da área de contabilidade. Uma das limitações da pesquisa foi a falta de estudos nesta área e a falta de materiais disponíveis para consulta a respeito da contabilidade na Instituição Financeira pesquisada.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Fazer uma comparação entre as técnicas contábeis na Caixa em 1957, ano da publicação do Código de Contabilidade das Caixas Econômicas Federais, e as técnicas contábeis atuais, evidenciando suas principais evoluções.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Descrever a evolução das normas de contabilidade bancária;
- descrever as mudanças nas técnicas contábeis de escrituração, demonstrações financeiras e auditoria desde o período de 1957 até o período atual;
- descrever as mudanças da Contabilidade de Custos da Caixa, a partir do ano de 1957;
- fazer uma revisão de literatura a respeito das técnicas contábeis e do Sistema Financeiro Nacional.

1.4 Justificativa da pesquisa e resultados esperados

Com o atual ritmo de produção de informações, tornam-se cada vez mais raros os estudos em contabilidade relacionados a períodos distantes no passado. Esse estudo visa contribuir explorando as práticas contábeis relacionadas às Caixas Econômicas Federais, no período de 1957, com a implementação do Código de Contabilidade das Caixas Econômicas Federais e também colocar em pauta os principais avanços. Como resultado da pesquisa, espera-se relacionar como as práticas contábeis estão associadas ao grau de evolução institucional da Caixa.

1.5 Organização do trabalho

A presente monografia foi organizada em introdução, referencial teórico, proceder metodológico, análises e considerações finais.

Inicialmente, na introdução, estão expostos a contextualização, os objetivos e a justificativa da pesquisa realizada.

No proceder metodológico, se encontra a metodologia aplicada no estudo e os meios de pesquisa utilizados.

No referencial teórico, foi realizada uma revisão de literatura a respeito da definição de contabilidade bancária, do Sistema Financeiro Nacional, e das principais técnicas contábeis objeto de estudo da monografia.

Na análise, foi feita uma descrição histórica da empresa estudada, e uma análise de suas normas e técnicas contábeis.

Nas considerações finais foram colocadas as conclusões do trabalho e sugestão de pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente, no referencial teórico, serão abordados os seguintes temas: estudo sobre o Sistema Financeiro Nacional e estudo sobre as técnicas contábeis e contabilidade de custos.

Toda essa abordagem é necessária para o entendimento da pesquisa realizada.

2.1 Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional está estruturado conforme rege o art 1º da lei 4.595/64:

Art. 1º O Sistema Financeiro Nacional, estruturado e regulado pela presente Lei, será constituído:

- I – do Conselho Monetário Nacional
- II – do Banco Central do Brasil
- III – do Banco do Brasil S.A
- IV – do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
- V – das demais instituições públicas e privadas.

O Sistema Financeiro Nacional tem entre suas funções a de normatizar a área financeira e de fazer a operacionalização da transferência entre os tomadores de

recursos e os poupadores. O SFN será constituído por todas as instituições financeiras, públicas ou privadas, bancárias ou não.

De acordo com o artigo 192 da Constituição Federal de 1988:

O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõe, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação de capital estrangeiro nas instituições que o integram.

A estrutura completa do SFN pode ser resumida de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 1: Composição do Sistema Financeiro Nacional

Órgãos normativos	Entidades supervisoras	Operadores			
Conselho Monetário Nacional - CMN	Banco Central do Brasil - Bacen	Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista	Demais instituições financeiras	Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros	
	Comissão de Valores Mobiliários - CVM	Bolsas de mercadorias e futuros	Bancos de Câmbio		
Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP	Superintendência de Seguros Privados - Susep	Resseguradores	Bolsas de valores	Sociedades seguradoras	Sociedades de capitalização
Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC	Entidades abertas de previdência complementar			
		Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)			

2.1.1 Conselho Monetário Nacional

O Conselho Monetário Nacional é o órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional, composto pelo Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e Presidente do Banco Central.

De acordo com Niyama e Gomes (2012), as principais atribuições do CMN destacadas nos arts 3º e 4º da lei 4.595/64 são:

- Adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento;
- Regular os valores interno e externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamentos do país;
- Orientar a aplicação de recursos das instituições financeiras;
- Zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras;
- Coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa;
- Fixar as diretrizes e normas da política cambial; e
- Disciplinar as atividades das bolsas de valores e dos corretores de fundos públicos.

2.1.2 Banco Central

O Banco Central é o principal órgão executor das políticas do CMN, e veio a substituir a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC).

De acordo com Niyama e Gomes (2012) dentre as principais atribuições do BACEN, pode-se destacar:

- Emitir moeda papel metálica;
- Determinar os percentuais de recolhimento compulsório;
- Receber os recolhimentos compulsórios e também os depósitos voluntários à vista das instituições financeiras;
- Realizar operações de redesconto e empréstimos a instituições financeiras;
- Efetuar o controle dos capitais estrangeiros;
- Regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis; e
- Efetuar, como instrumento de política monetária, operações de compra e venda de títulos públicos federais.

2.1.3 Comissão de Valores Mobiliários

A Comissão de Valores Mobiliários é um órgão vinculado ao Ministério da Fazenda e Orientado pelo CMN. A CVM controla o mercado de valores mobiliários (ações, debêntures e outros títulos emitidos).

De acordo com Niyama e Gomes (2012), as principais atribuições da CVM são:

- Fiscalizar companhias abertas, dando prioridade as que não pagam dividendos;
- Suspender a negociação de determinado valor mobiliário;
- Disciplinar e fiscalizar:
 - a emissão de valores mobiliários no mercado;
 - a negociação e intermediação no mercado de valores mobiliários;
 - a organização, o funcionamento e as operações das bolsas de valores;
 - a administração de carteiras e a custódia de valores mobiliários;
 - a auditoria de companhias abertas;
- Conceder registros para negociação em bolsa e no mercado de balcão.

2.1.4 Demais Integrantes do Sistema Financeiro

Bancos comerciais: são sociedades anônimas que captam depósitos à vista e criam moeda. De acordo com Niyama e Gomes (2012) os Bancos Comerciais são instituições especializadas em operações de curto e médio prazos, que oferecem capital de giro para o comércio, indústria, empresas prestadoras de serviços e pessoas físicas, bem como concedem crédito rural.

Bancos de investimento: Instituições especializadas em operações financeiras de médio e longo prazos, oferecendo capital de giro e capital fixo aos tomadores de recursos. (NIYAMA; GOMES 2012)

Bancos de desenvolvimento: Segundo Niyama e Gomes (2012), são instituições financeiras estatais, especializadas em operações de médio e longo prazos, propiciando o aporte de recursos para projetos e programas que visem ao desenvolvimento econômico e social do estado a que estejam vinculadas.

Sociedades de Crédito Imobiliário: São instituições destinadas a realização de operações imobiliárias relativas a incorporação, construção, venda ou aquisição de habitação. (NIYAMA; GOMES 2012)

Sociedades de Crédito, financiamento e investimento: São sociedades cujo principal objetivo é a concessão de financiamento para aquisição de bens e serviços, bem como o financiamento do capital de giro. (NIYAMA; GOMES 2012)

Sociedades de Arrendamento Mercantil: São sociedades cuja principal operação ativa é o arrendamento mercantil, do qual podem ser objeto de bens móveis, de produção nacional, ou estrangeira, e bens imóveis, adquiridos pela entidade arrendadora, segundo especificações e para uso da arrendatária em sua atividade econômica. (NIYAMA; GOMES 2012)

Bancos múltiplos: consistem na reunião, em uma única instituição, de operações de banco comercial, de investimento, de desenvolvimento, de sociedade de crédito, Sociedades de crédito imobiliário, possuindo pelo menos duas carteiras, com comercial ou investimento obrigatoriamente.

A resolução 2099/94 dita em seu artigo 7º que:

Art 7º O Banco Múltiplo deverá constituir-se com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas obrigatoriamente comercial ou de investimento: I-comercial, II- de investimento e/ou de desenvolvimento, a última exclusiva para bancos públicos,III- de crédito imobiliário, IV- de crédito, financiamento e investimento,V- de arrendamento mercantil.

2.2 Técnicas Contábeis e Contabilidade de Custos

Para atingir os objetivos que se propõe, a Contabilidade utiliza um conjunto de procedimentos, as Técnicas Contábeis, para registrar, investigar e analisar os fatos contábeis. São quatro as técnicas: escrituração; demonstrações financeiras; análise das demonstrações financeiras e auditoria.

Assim, para analisar a contabilidade de uma grande empresa como a Caixa, se faz necessário além de analisar as técnicas contábeis, analisar a contabilidade de custos, que é uma ferramenta muito importante para tomada de decisões dos gestores.

2.2.1 Escrituração Contábil

Escrituração contábil segundo Moura (2002) pode ser definida como uma técnica contábil que consiste no registro, em livros próprios de todos os fatos administrativos da gestão do patrimônio da entidade. São os lançamentos contábeis de todas as movimentações da empresa, escriturados nos livros contábeis que basicamente são o Diário e o Razão.

A lei nº 4.834, de 19 de novembro de 1965, autoriza os estabelecimentos bancários a substituírem em sua contabilidade o livro Diário pelo livro “Balancetes Diários e Balanços”, livro este, que utiliza o sistema de fichas de lançamento e atribui eficácia probatória ao lançamento efetuado.

2.2.2 Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras de acordo com Iudícibus (2008) podem ser chamadas de relatórios contábeis e nada mais são do que a exposição dos fatos ocorridos e registrados pela contabilidade em um determinado período.

Segundo a Norma e Procedimento de Contabilidade- NPC 27:

As Demonstrações Financeiras podem ser definidas como uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo desta data. O objetivo das demonstrações financeiras de uso geral é fornecer informações sobre posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade.

No COSIF, as instituições financeiras estão obrigadas a publicar as seguintes demonstrações financeiras relativas às datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro:

Balanco Patrimonial – Demonstra resumidamente o patrimônio da empresa de forma quantitativa e qualitativa.

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) – demonstra o Resultado (Lucro ou Prejuízo) que a empresa obteve no desenvolvimento de suas atividades durante um determinado período de tempo.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – demonstra as modificações ocorridas no saldo e disponibilidades da empresa em um determinado período, através de fluxos de recebimentos e pagamentos.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – demonstra a movimentação nas contas componentes do Patrimônio Líquido, apresenta indicação do fluxo de uma conta para outra e indica a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição do patrimônio líquido durante o exercício.

2.2.3 Análise das Demonstrações Financeiras

A análise das Demonstrações Financeiras consiste em uma técnica que realiza a decomposição, comparação de interpretação das demonstrações da empresa.

A análise pode ser feita comparando o desempenho da empresa com o de outras do mesmo setor ou avaliando as tendências da posição da empresa ao longo do tempo.

2.2.4 Auditoria

Segundo Hernandez (2012) a auditoria contábil consiste em verificar todos os procedimentos utilizados na empresa para controle, verificando as demonstrações e conferindo se elas estão de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade, e ao final, emitir um parecer com a opinião do auditor a respeito da fidedignidade das demonstrações financeiras auditadas.

O COSIF obriga que instituições financeiras sejam auditadas por auditores independentes registrados na CVM.

2.2.4.1 Controle Interno

A definição de Controle Interno dado pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras - COSO é a de um processo desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da empresa, nas seguintes categorias:

- Eficiência e efetividade operacional: categoria relacionada com os objetivos e metas de desempenho e rentabilidade, bem como da segurança e qualidade dos ativos.
- Confiança nos registros contábeis/financeiros: todos os registros devem refletir transações reais, consignadas pelos valores corretos.
- Conformidade com leis e normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação

De acordo com Sanches (1999) os objetivos do controle interno são:

- Dar instruções por escrito, junto a manuais de procedimentos que promovem a normatização, que previnam a ocorrência de erros e garantem a qualidade dos processos.
- Delimitar as responsabilidades que devem ser determinadas, pois se não existir delimitação exata das responsabilidades, o controle não está funcionando corretamente.
- Fazer rotações de tarefas: quando possível deve haver rotação de empregados designados para cada trabalho, mudanças nos setores e ambientes e, em especial, o relativo a manuseio de numerários ou relacionados com folhas de pagamentos.
- Selecionar funcionários capazes, criar procedimentos que assegurem a totalidade, confiabilidades autorizações e manutenção nos processos.
- Coordenar, organizar, centralizar e orientar os serviços operacionais de rotinas.

A resolução nº 2554 de 1998 determinou que as instituições financeiras implementassem controles internos voltados para seus sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais.

2.2.5 Contabilidade de Custos

A contabilidade de custos conforme Santos (2006) pode ser considerada como um sistema cujo objetivo é proporcionar à administração da empresa o registro do custo dos produtos, a avaliação dos estoques que geralmente representam um valor material em relação ao total do ativo, bem como proporcionar a análise do desempenho da empresa.

Para dar ênfase à importância da contabilidade de custos, Oliveira (2000) destaca que a contabilidade de custos pode, por exemplo, preparar periodicamente diversos relatórios contábeis não obrigatórios por lei, mas de extrema utilidade para diversos executivos da empresa.

Uma das principais decisões para os encarregados de realizar a contabilidade de custos de uma empresa é qual método de custeio adotar, os principais métodos de custeio pode ser descritos conforme tabela abaixo:

Custeio por absorção	Custeio no qual todos os custos do ciclo operacional, incluindo os custos de fabricação, administração e vendas dos bens produzidos, são apropriados como custos de produção.
Custeio Direto	Método de Custeio no qual todos os custos variáveis são apropriados aos portadores finais dos custos. Os custos fixos são considerados como despesas.
Custeio ABC	É um método de custeio onde os recursos de uma empresa são consumidos por suas atividades e não pelos produtos que a mesma fabrica.
Custeio Padrão	É um método de custeio que revela as divergências entre o custo real e as estimativas para fabricar e/ou vender uma unidade de produto.

3 PROCEDER METODOLÓGICO

A metodologia busca descrever como a pesquisa do trabalho foi realizada, mostrando como se chegou aos objetivos propostos, e organizando o pensamento para obter a natureza de um problema e estudá-lo. Beuren (2003) ressalta a importância do proceder metodológico correto, para que outros pesquisadores possam replicar o estudo com observações diferentes daquelas.

Os métodos utilizados na pesquisa e os procedimentos de coleta e análise de dados serão apresentados a seguir.

3.1 Método

A palavra método é de origem grega e significa o processo racional para atingir um determinado fim.

Neste trabalho foi feita uma pesquisa qualitativa de cunho histórico, onde se procurou mostrar a evolução das técnicas contábeis da Caixa Econômica Federal ao longo de um determinado período de tempo.

De acordo com os objetivos, a pesquisa é classificada como exploratória. Segundo Gil (2002) as pesquisas exploratórias tem como objetivo principal o aprimoramento de idéias, e na maioria dos casos, esse tipo de pesquisa envolve levantamentos bibliográficos, entrevistas e análises de exemplos.

3.2 Procedimentos de coletas e análise de dados

Quanto aos procedimentos de coleta e análise de dados, foi adotada a pesquisa bibliográfica, buscando dados e informações em livros, artigos e monografias, também foram realizadas entrevistas com pessoas que trabalham na área de contabilidade da instituição estudada.

De acordo com as classificações de pesquisa segundo Gil (2002), o trabalho pode ser classificado da seguinte forma:

Quanto aos procedimentos técnicos	Pesquisa bibliográfica
Fonte	Papel e pessoas
Quanto aos objetivos	Pesquisa exploratória

Este trabalho foi feito sob forma de monografia por se tratar de um estudo técnico-científico, com pesquisas relacionadas à contabilidade.

4 A HISTÓRIA DA CEF

4.1 Breve Histórico da Instituição

No Brasil a primeira Caixa Econômica surgiu em 1831, teve duração efêmera, sendo seguida pela criada pelo Decreto nº. 575, de 10/01/1849, com o nome de Caixas Garantidas. No histórico da instituição é indispensável citar o decreto nº. 2.723 assinado em 12 de Janeiro de 1861 por Dom Pedro II criando a Caixa Econômica e Monte de Socorro do Rio de Janeiro. Foi criada com o objetivo de incentivar a poupança e conceder empréstimos sob penhor com a garantia do Governo Imperial e ainda com o propósito de combater as outras instituições que agiam no mercado sem oferecer garantias sérias aos depositantes ou cobravam juros excessivos dos devedores.

É importante ressaltar o decreto nº. 24.427, de 19 de junho de 1934, que redefiniu o papel das caixas econômicas no Brasil, transformando-as em intermediários financeiros, deixando de ter o foco de suas atividades nos objetivos filantrópicos. Segundo esse decreto, as Caixas Econômicas Federais são instituições de utilidade pública, e em consequência, gozam de todos os privilégios inerentes a essa condição, como por exemplo, a isenção de tributos federais.

Em 1931, as Caixas Econômicas começaram a operar com a concessão de empréstimos consignados, três anos depois, elas assumiram a exclusividade dos empréstimos sob penhor, fortalecendo ainda mais sua estrutura. Em 1961, receberam o monopólio da loteria, dessa forma, o sorteio adquiriu maior credibilidade e a demanda por bilhetes cresceu em volume.

A Caixa Econômica Federal – CEF, foi criada através do Decreto- Lei 759, de 12 de agosto de 1969, decorrente da fusão das 22 Caixas Econômicas Federais existentes no período. Segundo o mesmo decreto, o Capital Social da CEF pertence integralmente à União, e foi inicialmente constituído pelo total do patrimônio líquido do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais e de todas as Caixas Econômicas ora existentes.

O Banco Nacional de Habitação-BNH foi absorvido pela CAIXA em 1986, todos os seus direitos e obrigações foram incorporados, inclusive a administração do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), além dos diversos programas habitacionais e de saneamento básico até então a cargo do BNH.

A Caixa passou a ser constituída sob forma de banco múltiplo, a partir da edição da Resolução nº.1.524 de 1988 que autorizou a constituição de bancos múltiplos. Segundo Niyama e Gomes (2012) bancos múltiplos são instituições financeiras que podem exercer operações de bancos de desenvolvimento, bancos de investimento, bancos comerciais, sociedades de crédito, financiamento e investimento e sociedades de crédito imobiliário.

Em seu estatuto, o decreto nº. 6.473/2008, consta que a CEF é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, sujeita à disciplina normativa e à fiscalização de instituições como Banco Central, Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, Ministério Público e Congresso Nacional.

Os pontos principais da história da CAIXA estão evidenciados na linha do tempo abaixo:

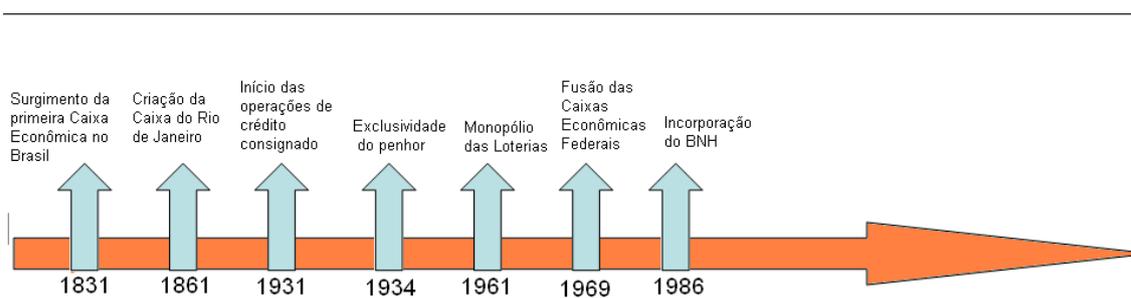


Figura 2: Linha do tempo da Caixa Econômica Federal

Desde sua criação, a CAIXA procurou sempre se modernizar e cumprir suas atribuições de forma eficiente, procurando sempre ampliar sua área de atuação. A CEF é hoje o quarto maior banco do Brasil em termos de ativos, e está em pleno desenvolvimento para atingir uma melhor posição de mercado.

4.2 Análise referente às normas aplicáveis

4.2.1 Normas aplicáveis no período de 1957

No período de 1957, que é o período analisado por este estudo para fins de comparação, as Caixas Econômicas Federais eram regidas quanto a sua estrutura administrativa principalmente pelo Decreto nº. 24.427, de 19 de junho de 1934, alterado pelo Decreto-Lei nº. 8.455, de 26/12/1945 e complementado pelo antigo regulamento aprovado pelo Decreto nº. 11.820, de 12 de dezembro de 1915.

As Caixas Econômicas eram e ainda são vinculadas ao Ministério da Fazenda, e deviam obediência às determinações do órgão. O Decreto 24.427/1934 estabeleceu o Conselho Superior das Caixas Federais, que tinha como objetivo orientar o desenvolvimento das operações das Caixas Econômicas e fiscalizar a execução das leis e atos regulamentares a elas pertinentes. O mesmo decreto também instituiu os Conselhos Administrativos como órgãos diretivos das Caixas Econômicas aos quais compete criar agências, filiais e sucursais, aprovar orçamentos dentre outras atribuições.

Dessa forma, a hierarquia dos órgãos com poder administrativo sobre as Caixas Econômicas Federais está representada na pirâmide hierárquica abaixo:

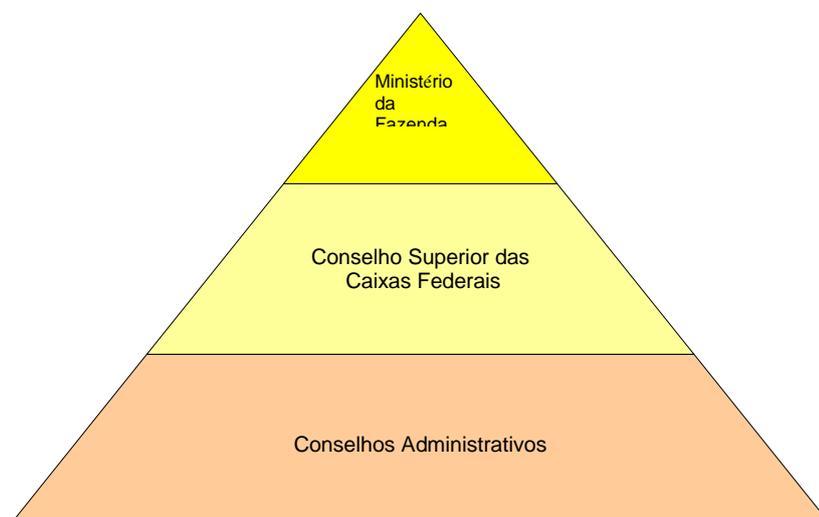


Figura 3: Pirâmide hierárquica dos órgãos com poder administrativo sobre as Caixas em 1957

No período analisado, a contabilidade nas Caixas Econômicas Federais era regida pelo Código de Contabilidade das Caixas Econômicas Federais, aprovado em 1957 pelo Conselho Superior das Caixas Federais, tal regulamento foi elaborado em Congresso dos Contadores, e além do Código foi aprovado o padrão de balanços e a nomenclatura das contas a serem usadas. Todavia, as Caixas não deixaram de observar as disposições do Código de Contabilidade Pública da União, decreto 4.536/1922.

É importante lembrar que no período analisado, as Caixas Econômicas Federais não sofreram a aplicação das normas da Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC), órgão este que desempenhava funções muito parecidas com as que o BACEN desempenha atualmente.

4.2.2 Evolução das normas e contexto atual

Para se entender as normas aplicadas à contabilidade na Caixa Econômica Federal nos dias de hoje, faz-se necessário uma análise de alguns fatos que ocorreram para chegar ao nível atual.

Em 31 de dezembro de 1964 foi promulgada a lei nº. 4.595, criando o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil. Segundo essa lei, dentre as atribuições do CMN está a de expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras. Dessa forma, ficou estabelecido que ao BACEN compete cumprir e fazer cumprir as disposições que lhes são atribuídas pela legislação em vigor e as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional. Em reunião do CMN, no dia 19 de julho de 1978, a competência de expedir normas gerais de contabilidade a serem observadas pelas instituições financeiras foi delegada para o Banco Central. É importante observar que essas normas devem estar em consonância com as disposições constantes na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6404/76, alterada pela Lei 11.638/2008) e aos princípios contábeis.

Um dos principais problemas na contabilidade bancária se relacionava a padronização da mesma. Cada instituição financeira fazia sua contabilidade do seu jeito e isso ocasionava malefícios para os usuários das informações contábeis para fins de comparação. Até 1987 existiam vários planos contábeis utilizados pelas instituições financeiras, tais como o COBAN, CODIS e COFIN. Através da circular BACEN 1.273 de 29/12/1987 foi criado o COSIF (Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional) com o objetivo de unificar os diversos planos contábeis existentes à época e uniformizar os procedimentos de registro e elaboração das demonstrações financeiras.

O COSIF está dividido em quatro capítulos, conforme mostra quadro abaixo:

Capítulo 1 – Normas Básicas	Estão consolidados os princípios, critérios e procedimentos contábeis que devem ser utilizados por todas as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.
Capítulo 2 – Elenco de Contas	São apresentadas as contas integrantes do plano contábil, suas respectivas funções e seus atributos, que estão representados por letras do alfabeto latino e cada letra representa uma das instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN.
Capítulo 3 – Documentos	São apresentados os modelos de documentos de natureza contábil que devem ser elaborados pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.
Capítulo 4 – Anexos	São apresentadas as normas editadas por outros organismos (CPC, IBRACON etc) que foram recepcionadas para aplicação às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Pode-se dizer que a CAIXA por ser uma instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional e auxiliar das políticas sociais e políticas de crédito do Governo Federal, está sujeita à disciplina e à fiscalização do Banco Central do Brasil.

Devido a essa situação a CAIXA encontra-se ligada aos seguintes pilares de sustentação para elaboração de suas informações contábeis:

- Normas emitidas pelo BACEN, principalmente, o COSIF.
- Princípios Fundamentais da Contabilidade
- Resoluções dos Conselhos Curadores ou Diretores
- Manuais Normativos internos e normas específicas para CAIXA
- Normas Internacionais de Contabilidade

Com o intuito de convergir a contabilidade das instituições financeiras às normas internacionais, o BACEN obrigou todas as empresas sob sua regulação a preparar as demonstrações financeiras com plena aplicação do IFRS (Normas e Padrões Internacionais de Contabilidade) a partir do de 31 de dezembro de 2010. Por isso a CEF divulga suas demonstrações financeiras em BRGAAP (Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil) e em IFRS.

4.3 Evolução dos métodos operacionais de escrituração. Análise da evolução da parte operacional e formas de escrituração a partir de 1957

No período de 1957, as Caixas Econômicas eram carentes de informatização, o que dificultava o trabalho dos contadores. A contabilidade era realizada de forma manual, e estava sujeita a erros e retrabalhos, já que eram utilizadas calculadoras para apurar manualmente os juros, correção monetária e outros encargos financeiros.

Devido a esses e outros fatores, existia uma enorme dificuldade para finalizar as demonstrações financeiras. Frequentemente uma demonstração só era finalizada meses

após o prazo previsto, isso ocasionava dificuldades para os gestores das caixas para tomarem suas decisões em relação a parte financeira, operacional e patrimonial.

Segundo Rodrigues (1957, p.20)

(...) Ressalta notar que o processo de escrituração utilizado pelas Caixas Econômicas varia de acordo com o seu grau de desenvolvimento e do seu aperfeiçoamento. Umam usam Diário datilografado em folhas soltas, para depois serem encadernadas; outras usam Diário Copiador; outras usam processo mecanizado com máquinas de contabilidade, obtendo a escrituração simultânea do razão; outras usam o Sistema Tríplice, copiando-se o próprio Voucher no Diário Copiador.

Parada (2012) explica como eram alguns desses métodos de escrituração adotados pelas Caixas Econômicas:

- O Sistema Tríplice é um sistema de escrituração que consiste num formulário de três vias, onde a primeira era datilografada com fita copiativa roxa e as outras eram cópias feitas em carbono da primeira.
- As máquinas de contabilidade só faziam operações de soma e subtração e eram numéricas, por isso, foi permitida a utilização de códigos numéricos para identificar os históricos dos lançamentos.

Também é importante lembrar do uso dos “vale documentos”, que consistiam em documentos representativos dos lançamentos contábeis relativos às operações das Caixas Econômicas. O Código de Contabilidade das Caixas Econômicas Federais de 1957 cita em seu artigo décimo sexto a utilização desses documentos:

Art.16. Em uma ficha de contabilidade denominada “vale documento”,

será transcrito ou simplesmente descrito o documento comprobatório da operação ou sua justificativa. O “vale documento” deverá ser visado pelo Contador Geral.

Os “vales documentos” eram de uma importância tal que havia um livro de escrituração obrigatório para as Caixas Econômicas conforme descreve o Código de Contabilidade das Caixas Econômicas Federais em seu artigo vigésimo sétimo:

Art. 27 – São obrigatórios na escrituração os seguintes livros: 1 – VALES DE DOCUMENTOS – É o livro composto dos “vales de documentos”, numerados em ordem cronológica e encadernados em ordem seguida.(...)

As Caixas Econômicas só passaram a fazer sua escrituração contábil de forma uniforme no ano de 1969, devido ao Decreto 759 que incorreu na unificação das Caixas Econômicas e o Decreto-Lei nº. 486, que passou a obrigar as empresas a seguir uma ordem uniforme de escrituração, mecanizada ou não, utilizando os livros e papéis adequados.

Viana (1969) conceitua escrituração como sendo um conjunto de anotações e registros que servem para representar os fenômenos da gestão. A entidade pode usar o processo manual, mecanizado ou eletrônico e a escrituração deve atender algumas formalidades como ser executada em idioma e moeda corrente nacional e ser realizada em ordem cronológica.

O sistema de escrituração adotado pelas Caixas Econômicas, sempre foi o das partidas dobradas, obedecendo inclusive ao que diz o código de contabilidade do setor público, decreto 4536/1922 em seu artigo 3º que rege que o registro das operações contábeis far-se-á pelo método das partidas dobradas, mediante fórmulas e modelos organizados pela Diretoria Central de Contabilidade da República.

4.3.1 Forma atual dos procedimentos operacionais de escrituração contábil

Segundo Viana (1969) uma entidade deve manter seu sistema de escrituração contábil de forma uniforme, podendo utilizar processos manuais, mecanizados ou eletrônicos, obedecendo a algumas formalidades legais como, por exemplo, a utilização de documentos ou elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

De acordo com Parada (2012) o início da escrituração contábil de forma computadorizada no Brasil só foi possível a partir de 1980, quando surgiram os computadores pessoais de 8 bits que eram utilizados como terminais de pesquisa ligados a grandes computadores. Com a evolução da tecnologia, surgiram no século XXI, os computadores de 32 bits e as redes internas (intranet), que possibilitou uma maior integração da contabilidade nas empresas.

Nos tempos atuais, os registros contábeis na Caixa Econômica Federal são realizados de forma automática pelas informações originadas dos diversos sistemas corporativos ou manualmente pelas unidades, com base em documentos comprobatórios ou justificativos dos atos e fatos contábeis.

Assim como nas entidades do setor público, a Caixa realiza seus registros contábeis através de eventos, que segundo Lima (2008) são códigos estruturados que transformam os atos e fatos administrativos em registros contábeis automáticos. Cada evento corresponde a um lançamento contábil de débito e crédito, e deve ser realizado com sua respectiva data efetiva, o histórico da operação e o valor.

4.3.1.1 A conciliação contábil

Com a evolução tecnológica dos sistemas de escrituração contábil, surgem necessidades como a conciliação das contas contábeis. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público- MCASP 2012, parte IV, conta é a expressão quantitativa de fatos de mesma natureza, evidenciando a composição, variação e estado do patrimônio, bem como de bens, direitos, obrigações e situações nele não

compreendidas, mas que, direta ou indiretamente possam vir a afetá-lo. A conciliação é um ato de conferência para verificar se o saldo das contas está correto.

Também com relação à conciliação contábil, a CEF obedece às normas do COSIF que determinam que:

- As Instituições Financeiras devem proceder às conciliações contábeis com os respectivos controles analíticos e mantê-las atualizadas.
- O fornecimento de informações inexatas, a falta ou atraso de conciliações contábeis e a escrituração mantida em atraso por períodos de 15 dias subsequentes ao encerramento de cada mês, colocam a instituição e seus administradores sujeitos as penalidades cabíveis.
- O responsável pelo registro, controle e conciliação deve observar os procedimentos legais, os princípios fundamentais da contabilidade, a ética profissional e o sigilo bancário.

4.4 Demonstrações Financeiras na CAIXA

4.4.1 Demonstrações Financeiras do período de 1957

No período anterior à unificação das Caixas Econômicas, a simplicidade da contabilidade nessas instituições também era refletida nas demonstrações financeiras publicadas.

O Código de Contabilidade das Caixas Econômicas Federais, só obrigava essas instituições a publicarem o Balanço Patrimonial, e a Demonstração da conta “Rendas e Despesas” que se assemelha muito a DRE que é publicada atualmente, indicando as receitas e despesas do período.

A essas instituições também era facultada a confecção dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Econômico, que são demonstrações típicas de entidades do setor público.

De acordo com o Código de Contabilidade das Caixas Econômicas Federais de 1957:

Art. 4 – Terminado o exercício, a Contadoria Geral, dentro do prazo máximo de 30 dias, levantará o Balanço Patrimonial das operações, encerrando a conta de “Renda e Despesa” § 1º- O Balanço Patrimonial, bem como a demonstração da conta “Renda e Despesa” poderão ser acompanhados dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Econômico, sempre que for necessário. § 2º- O Balanço Orçamentário demonstrará a previsão em confronto com a execução. § 3º- O Balanço Financeiro ou de Tesouraria porá em evidência os recebimentos e pagamentos bem como as disponibilidades do exercício anterior e as que se transferem para o exercício seguinte. § 4º- O Balanço Econômico compreenderá as rendas e despesas, bem como o saldo das Contas Patrimoniais do exercício anterior e do exercício que se encerra. § 5º A demonstração da conta “Rendas e Despesas” indicará as rendas e despesas orçamentárias e o resultado econômico do exercício.

4.4.2 Evolução das Demonstrações Financeiras

A evolução das técnicas contábeis também pode ser refletida na mudança nas demonstrações que devem ser publicadas pelas empresas. Com o passar dos anos, as demonstrações a serem publicadas, foram mudando de forma, se tornando mais elaboradas, e tentando representar com maior fidedignidade a situação econômico-financeira da empresa.

Em 2012, a CEF publicou o Balanço Patrimonial, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas.

Em 2009, a Caixa constituiu a CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. (CAIXAPAR), sociedade comercial sob a forma de sociedade anônima com capital social totalmente integralizado pela CEF. Dessa forma, a CEF apresenta suas demonstrações financeiras consolidadas com a CAIXAPAR.

No contexto atual, a Caixa busca converter suas demonstrações financeiras aos moldes adotados internacionalmente.

4.5 Auditoria e Controles

4.5.1 Auditoria e demais controles em 1957

A auditoria chegou ao Brasil por volta da década de 1940, foi formalmente organizada em 1957, com a formação do Instituto dos Contadores Público no Brasil e só foi oficialmente reconhecida em 1968 por ato do Banco Central do Brasil.

Em 1957, ano de publicação do Código de Contabilidade das Caixas Econômicas Federais, os serviços de auditoria e controle interno ainda eram novos, sem funcionários especializados. Os controles consistiam basicamente na conferência de saldos, conferência dos cálculos dos juros, conferência dos empréstimos concedidos e das folhas de pagamento.

4.5.2 Auditoria e demais controles na forma atual

As atividades de auditoria e controle da Caixa começaram a ser formalizadas pouco depois da fusão das vinte e duas Caixas Econômicas Federais em 1969. Foi o Decreto nº 66.603 de 6 de março de 1970, que formalizou que a Caixa terá suas atividades fiscalizadas pelo Banco Central e estará sujeita a prestação de contas ao Tribunal de Contas da União.

O mesmo decreto, ainda formalizou a criação do Conselho Fiscal da CEF:

Capítulo 6 – O conselho Fiscal será constituído de 3 membros efetivos e suplentes em igual número, com mandato de um ano, nomeados pelo Ministro da Fazenda. Ao Conselho fiscal compete examinar e emitir parecer sobre balancetes, balanços, prestação anual de contas da Diretoria e sobre alienação ou oneração de bens imóveis patrimoniais, assim como exercer as demais atribuições atinentes ao controle das contas da empresa.

O Conselho Fiscal ainda é parte integrante do controle interno da Caixa até os dias de hoje, junto com o Comitê da Auditoria, e o setor denominado Auditoria Interna.

Em 1987, com a criação do COSIF, a CEF passou a ser obrigada a contratar auditor independente registrado na CVM para fazer auditoria de sua contabilidade.

Com a criação da Controladoria Geral da União em 2003, a Caixa também está sujeita ao controle por esse órgão por fazer parte da administração indireta, e as Loterias da Caixa também sofrem fiscalização, pois à CGU cabe também fazer fiscalização de sorteios públicos.

Pode-se notar que a Caixa possui diferentes tipos de controle: Do governo, com o CGU, TCU e BACEN, auditoria independente conforme manda o COSIF, e auditoria interna.

4.6 Contabilidade de Custos na CAIXA

4.6.1 Os primórdios da Contabilidade de Custos na Caixa

No período anterior a fusão das Caixas Econômicas, havia poucos estudos na área de contabilidade de custos.

As Caixas Econômicas Federais por serem instituições mais simples do que a CEF, também possuíam um sistema muito mais simples de custos. Num dos poucos registros das determinações de custos da época, Rodrigues (1957) cita alguns índices utilizados, cuja função era determinar o custo do dinheiro:

$$\text{Taxa mínima para aplicação} = \frac{Dt - R}{E}$$

$$\text{Taxa de custo} = \frac{Dt}{E}$$

Onde Dt = Despesas totais; R= rendas outras que não sejam empréstimos, E= saldo médio quinzenal ou mensal dos empréstimos; e D= saldo médio quinzenal ou mensal dos depósitos.

4.6.2 A evolução da contabilidade de custos para o modelo atual

Para entender a contabilidade de custos da Caixa, é necessário fazer uma análise histórica do momento econômico do Brasil, quando o principal passo foi dado para a consolidação da Contabilidade de Custos na Caixa.

Em 1986, o Brasil estava vivendo um período de enorme instabilidade econômica, e passou por várias tentativas de combate à inflação, inclusive com o Plano Cruzado que adotou medidas como congelamento de preços e congelamento da taxa de

câmbio. O momento vivido levou os bancos a intensificar os estudos a respeito de suas estruturas de custos de natureza operacional e administrativa.

De acordo com Tofanelli (2003) em 1987 a Caixa iniciou o desenvolvimento do SICRR (Sistema eletrônico para apuração de Custos, Receitas e Resultados), tomando como base o método de custeio por absorção total. Método de custeio esse que de acordo com Koliver (2008) pode ser definido como um custeio no qual todos os custos do ciclo operacional, incluindo os custos de fabricação, administração e vendas dos bens produzidos, são apropriados como custos de produção.

Tofanelli (2003) afirma que:

O método de custeio por absorção total adotado na Caixa Econômica Federal mostrou-se totalmente inadequado em relação à apuração dos resultados dos produtos, por desprezitar princípios de identificação e de variabilidade dos gastos e em relação à apuração dos resultados das unidades, por desprezitar o princípio da controlabilidade dos gastos. Por essa razão, uma das primeiras alterações no SICRR foi a adoção do método de custeio direto, com vistas a refletir adequadamente a realidade físico operacional, sem alterar a natureza dos recursos.

De acordo com Koliver (2008) o método de custeio direto atualmente adotado pela Caixa pode ser definido como o método de custeio no qual todos os custos variáveis são apropriados aos portadores finais dos custos. Os custos fixos são considerados como despesas.

Na Caixa, um dos principais marcos na história de sua contabilidade de custos e controladoria foi a criação da GEACO – Gerência da Área de Controladoria, que tem por missão induzir a otimização do resultado global da Caixa Econômica Federal e dos fundos e programas por ela administrados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado teve como objetivo descrever as técnicas contábeis adotadas na Caixa, e mostra que elas estão diretamente relacionadas com as normas vigentes e com as tecnologias utilizadas em cada período.

Na parte de análise das normas contábeis aplicadas aos bancos, pode-se concluir que o principal marco nas normas de contabilidade bancária ocorreu em 1987 com a criação do COSIF, que padronizou o plano de contas das Instituições Financeiras e unificou os procedimentos de registro de elaboração das demonstrações financeiras.

No tocante às técnicas de escrituração contábil, pode-se afirmar que a Caixa acompanhou a tecnologia existente na época, passando por métodos mais rústicos como a máquina de contabilidade, até chegar aos sistemas informatizados.

Em relação à auditoria e controles internos, é possível notar uma maior intensificação dos controles internos e externos na Caixa ao longo do tempo.

6 REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2003.

Código de Contabilidade das Caixas Econômicas Federais de 1957

COGAN, Samuel. *Custos e Preços: formação e análise*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999.

Constituição Federal de 1998

Decreto Lei nº. 486 de 03 de março de 1969

Decreto Lei nº. 759 de 12 de agosto de 19

Decreto nº. 2.723 de 12 de janeiro de 1861

Decreto nº. 24.427 de 19 de junho de 1934

Decreto nº. 575 de 10 de janeiro de 1849

Decreto nº. 6.473 de 05 de junho de 2008

Decreto nº. 66.603 de 06 de março de 1970

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERREIRO, Reinaldo. *A Meta da Empresa*. São Paulo: Atlas, 1996.

HERNANDEZ, Jose Perez Junior. *Auditoria de Demonstrações Contábeis*. São Paulo: Atlas, 2012

HOLANDA, Francisco Carlos Vieira. *A Contabilidade Gerencial da Caixa Econômica Federal sob o enfoque do GECON*. Fortaleza, 1998

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de Balanços*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sergio de; Ricardino Filho *Teoria da Contabilidade*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006

KOLIVER, Olivio. *Contabilidade de Custos*. São Paulo: Juruá, 2008.

Lei nº. 4.595 de 31 de dezembro de 1964

Lei nº. 4.834 de 19 novembro de 1965

Lei nº. 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Lei nº. 11.638 de 28 de dezembro de 2007.

LIMA, Diana Vaz. *Contabilidade Pública*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008

MOURA, Osni Ribeiro. *Contabilidade geral fácil: Para Curso de Contabilidade e Concurso Geral*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

NIYAMA, Jorge Katsumi e GOMES, Amaro L. Oliveria. *Contabilidade de Instituições Financeiras*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Norma e Procedimento de Contabilidade nº. 27

Normas COSIF, disponíveis no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil.

OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JR., José Hernandez. *Contabilidade de custos para não contadores*. São Paulo: Atlas, 2000.

PARADA, Américo. *Retrospectiva dos Sistemas de Escrituração Disponíveis*. Disponível em < <http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=contabilintegrada01> >. Acesso em 28/12/2012

Resolução CMN nº. 2.099, de 17 de agosto de 1994.

Resolução nº. 1.524 de 21 de setembro de 1988

RODRIGUES, Antonio Peres. *As Caixas Econômicas, Sua Organização e Contabilidade*. Rio de Janeiro [s. n.], 1957.

SANCHES, Alexandre Garcia. *Controles Internos; Conceitos e Aplicações*. PUC. São Paulo, 1999.

SANTOS, José Luis dos; SCHIMIDT, Paulo; PINHEIRO, Paulo Roberto; NUNES, Marcelo Santos. *Fundamentos de Contabilidade de Custos*. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TOFANELLI, Marcus Antônio. *Controladoria, Custos e Resultados: A experiência da Caixa*. Brasília, 2003.

VIANA, Cibelis da Rocha. *Compêndio de contabilidade geral*. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 1969.